

ARTIGOS

ORIENTE MÉDIO: GEOPOLÍTICA, TERRORISMO E GUERRA

Ruy Rodrigues MACHADO

*“O melhor dos homens é aquele que
não gosta do poder”
(Maomé)*

INTRODUÇÃO

O ano de 2001 revelou para a história acontecimentos extraordinários, que de forma indelével marcaram o início do século XXI, como os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, ícones do Império Norte-Americano. As imagens velozes estonteantes da CNN, registraram o dia 11 de setembro como um momento de destruição e perplexidade. Desde a II Guerra Mundial os EUA não sofrem um ataque externo. O último ocorreu quando aviões da marinha japonesa destruíram a Base de Pearl Harbor no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

Os atentados surpreenderam e humilharam a maior potência do mundo, não obstante o seu poderio tecnológico-militar e financeiro. Os EUA estavam vulneráveis. Destruía-se o mito da fortaleza inexpugnável e o desnorteamento revelava-se na afirmação do General Julius Becton: “Estamos em guerra, mas ainda não sabemos quem é exatamente o inimigo”.

O Presidente George W. Bush adotou, ao assumir o Governo, um isolacionismo político nas relações externas: desprezou os aliados, não assinou o Protocolo de Kyoto e retirou-se da Conferência de Durban. Esta prepotência imperial veio abaixo no dia 11 de setembro,

pois Washington necessitava de uma ampla cooperação internacional para combater o terrorismo, eleito como inimigo global. Desta forma, redirecionou-se a política externa.

Articulou-se uma aliança com a presença da OTAN, Rússia, Países Árabes e o Paquistão Muçulmano do General Musharraf o qual se livrou de sanções impostas devido a um Golpe de Estado. Organizou-se a Doutrina Bush com a prioridade fundamental de combate ao terrorismo e prevaleceu a tese do Secretário do Estado Colin Powell de que o jogo político precede a ação militar.

Os EUA e as potências capitalistas desencadearam a Guerra do Afeganistão com um duplo propósito: destruir o Taleban e Al Qaeda e garantir o acesso às reservas de petróleo e gás natural da Ásia Central, as quais podem ser ligadas ao porto paquistanês de Karachi, por oleoduto através do território afegão.

Os pronunciamentos do governo norte-americano responsabilizando terroristas muçulmanos pelos atentados contra os EUA, colocaram mais uma vez o “mundo” islâmico e o Oriente Médio como eixos da política contemporânea e colocaram no centro das discussões o Islã, religião que possui mais de um bilhão de fiéis.

O Oriente Médio se apresenta como um conjunto geopolítico com uma população de mais de 200 milhões de pessoas e território superior a 7 milhões de km², onde se localizam os países: Afeganistão, Arábia Saudita, Barein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Turquia, Territórios da A.N.P.

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A História do Oriente Médio foi marcada por civilizações e impérios atormentados por várias dominações, entre elas a romana na Antigüidade, cujas legiões se abateram sobre a região como nuvens de gafanhotos famintos.

Desenvolveu-se no século VII, nas terras da Arábia, uma nova religião: o Islã, portador de uma grande novidade. O fundador foi um árabe de Meca, Muhamad Ibn Abballah ou Maomé que viveu entre

570 a 632. Pertencia à família Haslim, da tribo dos Coraixitas, uma espécie de aristocracia governante da cidade. Segundo a tradição muçulmana, no ano 610 do Ramadã, Maomé dormia em uma caverna do Monte Hira, quando foi visitado pelo anjo Gabriel que lhe disse: "Recita". Diante da indagação de Maomé o que recitar, o anjo respondeu: "Recita em nome de teu Senhor que criou, criou o homem de sangue coagulado. Recita. E o teu Senhor é o mais generoso, que ensinou com a pena, ensinou ao homem o que não sabia"¹. Esses são os primeiros versículos da Sura "O Coágulo" do Alcorão ou Corão, ele significa "a leitura e recitação". O livro foi redigido após a morte de Maomé no tempo do Califa Abubakr através de Zaid Ibn Thabet e o texto final com as 114 Suras pertence à época do Califa Osman.

Muhamad tornou-se o Profeta de Alá, converteu sua família, pregou às populações mais simples de Meca. O início do Islã, isto é, "a rendição ou submissão a Deus", ameaçou a Tribo dos Coraixitas. Estes detinham o poder político-religioso e eram os guardiões da Caaba, templo que abrigava os ídolos do Panteão Árabe e uma pedra sagrada.

Os coraixitas temiam a abolição do culto aos ídolos pela nova fé monoteísta que provocaria a decadência econômica da cidade.

Estabeleceu-se o confronto e a perseguição dos muçulmanos, hoje compreendida sem muita severidade, mas provocadores da Hégira em 622. Não se tratou de uma fuga precipitada, mas sim de um processo migratório, um êxodo da UMMA ou comunidade religiosa-política fundada pelo Profeta.

O evento demonstrou a primeira condenação à Jahilyya ou barbárie, uma ruptura com a idolatria que profanava a Cidade Santa, os ídolos, instrumentos que propiciavam a acumulação de riquezas pelos coraixitas, provocando a dissolução dos laços tribais e acirramento da exploração dos mais fracos.

Assim, existe algo de inovador no Islã, que foi a inauguração de uma prática religiosa-política de humildade e fraternidade no tratamento dispensado aos pobres, chamados de irmãos. A concepção de justiça e partilha balizam a ética da nova religião.

⁽¹⁾ CHALLITA, M., *O Alcorão*, p. 347.

Se a Hégira tem um sentido de êxodo, é inerente à UMMA o desejo de retorno a Meca com o projeto da destruição da Jahilyya e a restauração da Caaba como a Casa de Alá.

Comunidade e Profeta se instalaram na cidade de Yatrib e aproveitaram-se de um quadro conflituoso entre Árabes e Judeus para assumirem o poder. E a cidade como expressão da nova liderança, foi chamada Al-Madina ou Medina, a cidade do Profeta e mais tarde elevada a Santuário do Islamismo.

Em 630 concretiza-se o ideal da volta a Meca e afirma-se a tradição de que Maomé destruiu os ídolos da Caaba e preservou a Pedra Sagrada. Afinal a Pedra é um forte símbolo para os povos do Oriente, é associada à sabedoria nos textos bíblicos. Moisés vagando pelo deserto fez brotar água da pedra, e na crença maometana a Pedra Sagrada da Caaba é denominada a “mão direita de Alá”. Por isso, na Intifada, atirar pedras nos soldados israelenses significa também punir o invasor da terra palestina.

Maomé fez sua última peregrinação ou Hajj a Meca em 632 e conferiu à viagem uma densidade sagrada, incorporada como um preceito ao crente.

O Islã é uma religião monoteísta, abraâmica onde o adepto deve realizar as seguintes obrigações:

- Profissão de fé: “Há um só Deus Alá e Maomé é seu profeta”
- Salat: Oração ritual proferida cinco vezes ao dia
- Zakat: Esmola com sentido de doação e purificação
- Sawm: Jejum observado no mês do Ramadã
- Hajj: Peregrinação a Meca que tem o sentido de buscar a fonte da fé e o reconhecimento da universalidade do Islã.

O Islamismo prima pela ausência de mistérios na sua fundação e facilita o seu conhecimento à disponibilidade de informações contidas na Sira ou biografia, na tradição ou Hadith.

O sucessor de Maomé foi Abu Bakr, com o título de *Khalifa*, expressão de “sucessor” e representante do Profeta de Alá. Funda-

va-se a Arábia Islâmica sob a égide da teocracia, razão pela qual os primeiros califas foram chamados de piedosos: Abu Bakr, Omar, Otman, Ali Talib.

Religião, política e economia definiram a expansão Árabe Muçulmana no século VII. As guerras da Ridda com o objetivo de estabelecer a hegemonia de Medina, foram explicadas como necessárias para eliminar a apostasia das Tribos.

Os “guerreiros de Alá” submeteram o Iêmen, Egito, Palestina, Síria, Iraque, África Mediterrânea, Península Ibérica, Sul da Itália etc. Define-se essa gigantesca conquista, a qual encurralava a cristandade, com a clássica expressão do Historiador Ibn Khaldun: “Os cristãos não conseguem que flutue no Mediterrâneo nem uma tábua”².

A expansão islâmica foi portadora da arabização e islamização, em que ocorreu fundação de califados como Cairo, Damasco, Bagdá, com Omíadas, Abássidas e Fatímidas. Da mesma forma cresciam as divergências político-teológicas com o Xiismo e Sunismo, marcas dos conflitos do “mundo muçulmano”. Finalmente, o império árabe muçulmano construiu um universo novo, no qual a religião oficial era o Islã e a língua o árabe, elo das múltiplas relações.

O século XI sinalizou a derrocada política-militar dos califados e o advento da população Turca proveniente das distantes estepes da Ásia. Os Turcos foram convertidos ao islamismo por missionários sunitas e chegaram ao califado de Bagdá através do recrutamento militar, como pastores, escravos etc. O destaque pertence à Horda de Seljuk, cujas tribos formaram a Confederação Seljúcida e conquistaram Bagdá, territórios bizantinos, Damasco e Jerusalém. A tomada dos lugares sagrados levou o Papa Urbano II a convocar a Primeira Cruzada em 1095.

O Império Turco Seljúcida encerrava a Era dos Califados e inaugurava a Era dos Sultanatos como: Pérsia, Ásia Menor, Síria, Egito. Tais reinos foram dominados no século XII pelos Canatos, criação da invasão mongol. O Oriente Médio desvelou-se como uma região de encruzilhadas e superposição de culturas onde se formavam pólos de

⁽²⁾ PIRENNE, H., *História Econômica e Social da Idade Média*, p. 8.

poder: A Pérsia, sob a tutela mongol, Ásia Menor local do futuro império otomano e Egito turco mameluco.

A Ásia Menor sob a influência mongol, sediou pequenos principados organizados em clãs e chefiados pelo Emir. Um destes Estados foi o Principado Turco Otomano, fundado por Osmã ou Otmã, chefe envolto em lendas. Os príncipes otomanos submeteram a Ásia Menor, muçulmanizaram os Bálcãs após a vitória da Batalha do Kosovo Polje em 1389. Desferiram um golpe mortal no império bizantino, quando o sultão Maomé II conquistou a Cidade de Constantinopla em 1453, data que até hoje indica nos manuais de História o fim da Idade Média. O expansionismo turco abarcou um grande território do Oriente Médio: seus exércitos de Ghazi ou combatentes da fé, dominaram a Síria, Palestina, Arábia e Egito formando o império otomano, o qual sobreviveu até a I Guerra Mundial. Ao chegar os tempos modernos a Europa reavivou seus interesses pelo Oriente Médio. A Revolução Industrial definiu o capitalismo e uma política imperialista norteou a expansão, com a formação de monopólios e a exploração. Esse processo devastador espalhou-se mundialmente através das potências que controlavam pontos estratégicos, construíam ferrovias, erguiam postes com linhas de comunicação. Um dos símbolos desse processo foi a construção do canal de Suez inaugurado em 1869.

A dominação ocidental partilhava territórios, nomeava acidentes geográficos, enviava missões religiosas, apoderava-se do patrimônio histórico do conquistado e definia fronteiras como o fez a geopolítica britânica, que cunhou a denominação Oriente Médio para região entre o Egito e a Índia.

O império otomano experimentava a mutilação provocada pelo colonialismo anglo-francês, além de viver violentas pressões do império russo, na disputa pelo Mar Negro e região dos Estreitos. Qual a alternativa do governo de Istambul frente a esses países que formavam uma aliança? Era se aliar com a Alemanha, potência rival da Grã-bretanha, França e Rússia czarista.

O interesse político turco atendia à geopolítica alemã, a qual se voltava aos mercados do Oriente. Projetou-se a construção da ferrovia Berlim-Bagdá, e o envio de uma missão militar alemã à Turquia, o que soou como ameaça a Londres e Paris.

Enfim, em 1914 as potências foram à guerra, e a derrota alemã arrastou o império otomano. Os vencedores foram implacavelmente punidos pelos aliados, fazendo com que o império turco fosse reduzido à Ásia Menor, onde mais tarde Mustafá Kemal Atatürk implantou a República e a modernização laica.

O desmembramento do Oriente Médio foi negociado durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a França por Sir Mark Syks e Georges Picot, o que resultou nos acordos secretos de Syks-Picot. No pós-guerra a Liga das Nações confirmou a partilha, concedeu os mandatos e o império britânico controlou o Iraque e a Palestina, enquanto o Império Francês dominou a Síria e o Líbano. Destruiu-se o projeto de um grande reino árabe, falsamente estimulado pela diplomacia inglesa que visava a rebelião das tribos árabes contra os turcos, celebrizada pela saga de Lawrence da Arábia.

Destaca-se, neste novo perfil geopolítico do Oriente Médio, a Palestina³, que desde a Antigüidade sofreu muitas dominações e na contemporaneidade tem sua história marcada pelo processo colonizador judaico-sionista com a fundação do Estado de Israel.

O movimento sionista do século XIX, foi muito desenvolvido como resposta aos cruéis progoms russos como de Odessa. Desenvolveu-se a idéia de um lar para os judeus como um santuário protetor, o sonho de Sião. Ilustra esse desejo a ação do Rabino alemão Zevi Hirsch Kalischer, que em 1836 angariou recursos para comprar a Palestina.

Dentre os vários líderes do movimento sionista, destaca-se Theodor Herzl, jornalista austríaco que acompanhou o julgamento do militar francês-judeu Alfred Dreyfus, condenado injustamente por traição. Herzl escreveu "O Estado Judeu" em 1896 e convocou na cidade de Basiléia o primeiro congresso que estruturou o sionismo com o objetivo de um território que fosse o lar do povo judeu. Isso não significava necessariamente a Palestina, pois poderia ser na Argentina, onde havia colônias agrícolas de judeus, ou Chipre ou Uganda. Porém venceu a idéia de que o sionismo só teria sentido em Sion ou seja, na terra de Israel. O trabalho de Theodor Herzl colocou o sionismo na

⁽³⁾ Nomes da Palestina: Filistina, Filistéia, Filastin.

discussão internacional, fato que deu ao movimento maior consistência para organizar, no final do século XIX, a imigração para a Palestina. Surgia a Aliá ou “Subida a Israel”, como um movimento do “risorgimento” judaico, que se encontra com os colonos judeus já fixados na região, graças ao financiamento dos Rothschilds.

O Judeu da Aliá coloca em prática a estratégia da compra da terra e fundação de colônias, procedimento gerador da exclusão social. Deste modo, o Kibutzin portador de um ideário socialista, excluiu o árabe palestino, pois cercar os assentamentos com arame farpado e só permitir o trabalho judaico, era edificar separatismo e discriminação.

Quem era o árabe-palestino? O Islã chegou à região no processo de expansão muçulmana do século VII, que aproveitou a decadência do império bizantino e, foi apoiado pela população local devido à opressão imperial. O Califa Omar venceu tropas de Constantinopla e, em 638 entrou em Jerusalém, que se tornou a terceira cidade sagrada do islamismo, de onde Maomé subiu ao céu. É chamada de Al Quds ou Santa com as Mesquitas de Al Aksa e de Omar ou Domo da Rocha, localizadas no Monte do Templo ou Esplanada das Mesquitas.

A Grande Guerra agravou a problemática dos judeus devido às perseguições e refugiados, fatos que colaboravam para se fundar um lar para este povo. Chaim Weizman, um líder sionista realizou esforços junto ao Governo Britânico para a defesa da causa judaica, o que resultou na Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917. Esta declaração era o reconhecimento político do gabinete inglês ao projeto do lar nacional para o judeu. Um conjunto de razões levou o ministério presidido por Lorde George a essa posição, como por exemplo, solucionar a questão dos refugiados judeus da guerra, a importância estratégica da Palestina no Oriente Médio, e conseguir atrair o “mundo” judaico para a Grã-Bretanha, o qual era simpático aos alemães. Se por um lado a Declaração Balfour contemplava o movimento sionista, por outro defendeu os direitos civis e religiosos da população não-judia na Palestina.

No pós-guerra a imigração judaica cresceu, e as colônias, somadas ao nacionalismo judeu, aumentaram o confronto com o nacionalismo árabe-palestino, o qual evocou a Declaração Balfour para reivindicar um governo autônomo. A tradição dos choques entre os dois

nacionalismos, a organização da primeira milícia judaica denominada Hashomer, engendraram novas tragédias como a Revolta de 1929 em várias localidades palestinas, assim como nos próprios santuários sagrados de Jerusalém.

A paz ficava cada vez mais longe, com os judeus organizando novas forças militares com Haganá, Irgun, Stern e os árabes palestinos com a Revolta de 1936 a 1938. Esse quadro conflituoso ameaçava o mandato britânico na Palestina, bem como comprometia o relacionamento com os países árabes. Uma alternativa de solução foi o envio em 1937 de uma comissão sob a chefia de Lorde Peel. A Comissão Peel propôs a redução da imigração judaica para 12 mil pessoas anualmente, limitação na aquisição de terras palestinas pelos judeus e a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e o outro árabe-palestino.

O movimento sionista aceitou o projeto de Lorde Peel, porque significava o triunfo da causa judaica. Os árabes recusaram, uma vez que a concordância significava a entrega de uma parcela do território e a legitimação da dominação britânica. Corroborou esta posição a conferência dos países árabes no Cairo em 1938, onde se conclama a união para impedir a criação de um Estado Judeu na Palestina.

Às vésperas da II Guerra Mundial, em obediência à sua geopolítica, a Grã-Bretanha adotou a "Política do Livro Branco" que tinha o objetivo de limitar a imigração judaica para o Oriente. A reação do sionismo ocorreu na conferência de Baltimore nos EUA em 1942, sob a liderança de David Ben Gurion, momento em que tomaram decisões: conquista da Palestina e continuidade da imigração a qualquer preço.

Judeus e britânicos se enfrentavam, pois os primeiros atacavam a administração do mandato e suas forças milicianas lutavam com os árabes-palestinos. As autoridades britânicas reprimiram, e colocaram nos cárceres em 1946 quase três mil judeus, fato que radicalizou ainda mais a situação.

O evento que demonstra o choque judeu com a administração britânica foi a destruição do Hotel Rei Davi, que sediava o estado-maior inglês em Jerusalém, pelo Irgun, em 1946. O ato terrorista, sob a liderança de Menahem Beguin, que em 1977 foi o 1º ministro de Israel e Prêmio Nobel da Paz, matou 91 pessoas e feriu muitas outras...

A Grã-Bretanha perdia o controle político-administrativo da Palestina e o episódio do navio Exodus marcou sua retirada da região. Porque impediu o desembarque no porto de Haifa de milhares de sobreviventes judeus dos campos de extermínio. Isso foi considerado pela opinião pública e líderes internacionais como um ato de barbárie. Diante dos fatos, Londres, sem condições de governabilidade, transferiu a questão Palestina para a ONU, que colocou fim ao mandato britânico em 29 de novembro de 1947.

O plano da ONU era a divisão da Palestina em dois Estados. O Estado judeu com 14.500 km², abrangendo os territórios do deserto de Negev, Golfo de Ácaba, Lago de Tiberíades, Haifa e Tel Aviv. O Estado Palestino com 11.500 km², formado pelos territórios da Cisjordânia e faixa de Gaza. Jerusalém ficava sob uma administração internacional. A posição árabe foi contrária, baseada no princípio de não ceder seu território para abrigar um Estado estrangeiro; o movimento judaico aceitou, pois o plano contemplava um velho sonho. Porém, a posição sionista não era unânime, já que o Irgun e o Stern não concordavam com o plano das Nações Unidas, porque um Estado Palestino era inaceitável nas terras de Israel. Essas posições radicais desembocaram em uma grande violência, no final de 1947 e em 1948. Havia combates em Jerusalém com saques no centro comercial judaico. Os massacres eram cometidos pelo Irgun e Stern em Deir Yassin e pelos árabes palestinos em Kfaretzion. A Grã-Bretanha se retirou e os judeus liderados por David Ben Gurion, em 14 de maio de 1948, proclamaram a fundação do Estado de Israel, com a leitura da declaração: "Em virtude do nosso direito nacional e intrínseco e com base na resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, nós declaramos, por meio deste, o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina, que ficará sendo conhecido como o Estado de Israel"⁴.

Os árabes gritaram "Al Nakba", isto é, a catástrofe e, seus exércitos rumaram para a guerra sob a divisa "jogar os judeus ao mar".

A primeira guerra árabe-israelense foi denominada por Israel de "Guerra da Independência" ou da fundação de Israel. Durou de julho de 1948 a janeiro de 1949. O exército israelense, mais bem

⁽⁴⁾ JOHNSON, P., *História dos Judeus*, p. 556.

treinado e equipado, derrotou as forças árabes e a vitória se traduziu na conquista de 75% do território palestino. A área do Estado Judeu saltou de 14.500 km² para 20.900 km². Jerusalém Ocidental foi ocupada e se colocou fim ao projeto da internacionalização da cidade.

O governo de Israel instituiu a Lei do Retorno, a qual concedia a qualquer judeu o direito de morar no novo Estado, com a nacionalidade israelense. Enquanto isso, árabes-palestinos tornavam-se refugiados de guerra, vivendo uma situação dramática.

A derrota mostrou às lideranças árabes a necessidade da união do “mundo” árabe, condição política vital para lutar contra o Estado de Israel, considerado invasor e base do imperialismo ocidental no Oriente Médio. Foi nesse contexto, que se destacou o político egípcio Gamal Abdel Nasser, o qual viveu entre 1918 a 1970. Militar, com formação nacionalista, não se conformava com a dominação estrangeira no Egito. Ele questionava como um país, com uma civilização fantástica, podia ser dominado pela Grã-Bretanha.

O Egito era uma monarquia, cujo governo do rei Faruk era marcado pela incompetência e corrupção. Esta realidade influenciou um grupo do Exército denominado “Oficiais Livres”, que derrubou o monarca em 1952 e colocou no poder o Conselho da Revolução, sob a presidência do General Naguib. O novo governo não sobreviveu às crises políticas e foi deposto em 1954 pelo General Nasser que assumiu o poder.

O Presidente Nasser delineou os objetivos do governo no seu livro “A Filosofia da Revolução”, um programa político de modernização nacionalista. Imprimiu uma política externa independente ao aderir à pauta da conferência de Bandung e projetou o Egito como membro do movimento dos não-alinhados. Outrossim, se aproximou da URSS, da qual recebeu empréstimos, financiamentos para a obra de Assuã e material bélico para reequipar as Forças Armadas.

A grande marca do nacionalismo egípcio foi a nacionalização do Canal de Suez em 26 de julho de 1956 que nas palavras de Marc Ferro se constituiu na certidão de nascimento do Terceiro Mundo.

A revolução nasserista alterou a geopolítica do Oriente Médio ao expulsar as potências coloniais tradicionais e abriu espaço

para a presença soviética, constituindo-se como mais um grave componente histórico da Guerra Fria.

A nacionalização do canal de Suez prejudicou os interesses britânicos e franceses, que temiam a derrocada final na região. Em nome da defesa do Velho Colonialismo, as duas potências se aliaram ao Estado de Israel preocupado com o pan-arabismo, mais tarde expresso na República Árabe Unida com o Egito e a Síria.

Um novo conflito se abateu no Oriente Médio, a guerra do Sinai em 1956, que terminou com a intervenção da ONU apoiada por Washington e Moscou. Estabeleceu-se um cessar fogo e o envio de uma força internacional pelas Nações Unidas com o propósito de garantir a paz.

Nasser que enfrentou a opressão imperialista, tornou-se ídolo dos árabes. Estreitou relações com os soviéticos, fez inflamados discursos contra o Estado de Israel, bloqueou o Golfo de Ácaba e exigiu a retirada da força de paz das Nações Unidas da Península do Sinai.

Tel Aviv considerou as medidas egípcias como atos de guerra e, de forma fulminante, atacou os países árabes. Era a Guerra dos Seis Dias, no ano de 1967, em que os exércitos do Egito, Jordânia e Síria foram vencidos.

As conquistas israelenses foram assustadoras: abrangeram a Península do Sinai, Faixa de Gaza, Colinas de Golã e Jerusalém Oriental, na qual o General Moshe Dayan fez o seguinte pronunciamento: "Esta manhã o Exército da defesa de Israel libertou Jerusalém... Voltamos ao nosso lugar mais sagrado, voltamos para jamais nos separarmos dele"⁵.

A Guerra dos Seis Dias foi um vexame para os árabes não só pela superioridade judaica, mas também pela perda de territórios, fato que concretizava o "grande Israel" com uma área de 89.489 km². A ONU, para evitar a internacionalização do conflito envolvendo as superpotências, votou a Resolução 242, que estabelecia o cessar-fogo e a retirada do exército israelense das terras ocupadas, até hoje não cumprida integralmente. O Oriente Médio após 1967 viveu um novo

⁽⁵⁾ MASSOULIÉ, F., *Os Conflitos do Oriente Médio: século XX*, p. 85.

quadro histórico, com o aumento do êxodo palestino, consolidação do mito da invencibilidade de Israel, radicalização dos conflitos nos territórios ocupados e o desgaste político do nasserismo.

A viabilização geopolítica de “Israel Hashlemá” ou grande Israel ocorreu com a colonização dos territórios conquistados, e chamada de “terras recuperadas”. Foram fundadas colônias na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Colinas de Golã, as quais têm o estratégico papel de aniquilar a presença palestina, pois esta população é proibida de construir casas e abrir poços.

Em 1970 assumiu o governo egípcio Anuar Sadat, que fez uma importante mudança política. O plano do novo presidente tinha os objetivos de: derrotar Israel e desfazer o mito da sua invencibilidade, recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias e assinar um acordo de paz com o governo judeu. Para tanto o Egito se afastou da URSS e se aproximou dos EUA, cujo apoio era fundamental para o sucesso do plano e significava investimentos que trariam o desenvolvimento afastando motins e revoltas ameaçadoras da governabilidade. O projeto de Anuar Sadat caminhou para a Guerra do Yom Kippur ou Dia do Perdão em 1973. As forças egípcias e sírias romperam as linhas de defesas israelenses que pela primeira vez vergaram diante dos árabes. A intervenção da ONU afastou o risco do confronto nuclear entre as grandes potências e um cessar fogo colocou fim às hostilidades.

A sociedade israelense sentiu os efeitos da guerra mais no sentido psicológico e houve uma alteração de poder no governo. Deixavam o ministério os trabalhistas e assumiu o Likud com Menahem Begin. Do outro lado, os Estados árabes adotaram o petróleo como arma política contra Israel e aliados, promovendo o aumento do preço do barril. O primeiro-ministro Begin implantou uma política de trocar segurança pela paz com o Egito. Afastava o mais temido adversário de Israel e ao mesmo tempo causava uma divisão política entre os países árabes.

O processo de paz foi patrocinado pelo presidente Carter, ação decisiva para que o Cairo e Tel Aviv assinassem em 1978 os acordos de Camp David que estipulavam a: retirada militar israelense da Península de Sinai e sua devolução gradativa para o Egito. Este

reconhecia o direito de existência do Estado de Israel e ainda se previam negociações para a autonomia de Gaza e Cisjordânia formada pela Judéia e Samaria.

O tratado de paz custou muito caro para o Presidente Sadat, chamado de traidor pelos árabes, o Egito, por sua vez, foi expulso da Liga Árabe e Sadat foi vítima de um atentado em 1981, cuja responsabilidade se atribuiu à "Jihad Islâmica", durante as comemorações da Guerra do Yom Kippur. O sucessor Hosni Mubarak, que governa o Egito, o reintegrou, em 1987, à Liga Árabe.

2. A RESISTÊNCIA PALESTINA: A LUTA PELA LIBERTAÇÃO

A criação do Estado de Israel provocou uma catástrofe para o povo palestino, porque organizou uma escalada expansionista. Conquistou e ocupou territórios, expropriou terras, apossou-se da água.

A agressão gerou a diáspora palestina com milhares de pessoas exiladas nos países vizinhos, criando o drama dos refugiados. Diante da tragédia, a ONU apresentou medidas, como: A Resolução nº 194, votada pela Assembléia Geral em 1948, que estabelecia: "Os refugiados que desejarem devem ser permitidos de retornar aos seus lares o mais rápido possível e de viverem em paz com os seus vizinhos e devem se pagar indenizações a título de compensação pelos bens daqueles que decidirem não regressar aos seus lares e por todo bem perdido ou danificado, uma vez que, em virtude dos princípios do Direito Internacional, tal perda ou dano devem ser reparados pelos governos ou autoridades responsáveis"⁶. A outra medida constou da criação do Organismo de Ajuda e de Trabalho das Nações Unidas para os refugiados palestinos ou Unrwa. Formaram os acampamentos de refugiados, inicialmente provisórios, que depois, no desenrolar dos conflitos, tornaram-se permanentes.

Neste contexto organizou-se a resistência palestina com protestos de estudantes do Comitê de Resistência à Paz com Israel,

⁶ SALEM, H., *O que é Questão Palestina*, p. 33.

atentados de grupos guerrilheiros de Gaza, Síria, Cisjordânia, a fundação no Kuwait da *Al Fatah* nome composto das iniciais das palavras *Farakat Al Tahrir Al Falastini* ou Movimento de Libertação Nacional da Palestina.

Al Fatah denominada de “Conquista ou Vitória” tem como principal liderança Yasser Arafat, que participou das guerras Árabes-Israelenses, engenheiro civil, presidente da Federação dos Estudantes Palestinos e hoje Presidente da Autoridade Nacional Palestina. O seu uniforme de Fedayin e o Kefiah na cabeça são símbolos de resistência da causa palestina.

A década de 60 se revelou difícil para os povos árabes: aconteceu a dissolução da República Árabe Unida, derrotas militares para o Estado de Israel, perda de territórios e de Jerusalém Oriental.

A tese de que a libertação da Palestina ocorreria através da unidade árabe foi esvaziada politicamente. Ganhou outra concepção, a luta armada, cuja viabilidade se mostrava no Movimento Revolucionário, como a Revolução Argelina. Esta revolução foi pensada nas madrasas, mesquitas, bazares da Argélia, nascendo a Frente de Libertação Nacional. Os guerrilheiros “Bicots” levantaram toda a Cabília (Argélia), derrotaram os “pieds noirs” e expulsaram o colonialismo francês. Diante disso, o Fedayin optou por esse método e realizou ataques armados ao território israelense.

Em 1964 sob o patrocínio do Rei Hussein da Jordânia, realizou-se em Jerusalém Oriental o Congresso Nacional Palestino, o qual fundou a Organização para a Libertação da Palestina. A OLP é reconhecida pelos Estados Árabes como representante legítima do povo palestino. É uma organização heterogênea, um conglomerado político com vários grupos, entre eles:

- Al Fatah
- Al Saika, ou “O Raio”, fundada em 1966 na Síria, ligada ao governo de Damasco e que procurava neste país mobilizar os palestinos
- Setembro Negro: O nome provém do massacre de setembro de 1970 pelo rei Hussein, que considerou a guerrilha palestina um Estado dentro do Estado. A repressão ao palestino não ocorria só com Israel, mas

também em terras árabes e bem disse o poeta Mahmud Darwich: “Descobrimos o quanto já nós tornamos árabes nas prisões israelenses, descobrimos o quanto já nos tornamos palestinos nas prisões árabes”.

- Frente Popular para a Libertação da Palestina: fundada após a Guerra dos Seis Dias sob a liderança do médico Georges Habashe. Essa frente é de orientação marxista e pratica a luta armada.
- Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina: fundada em 1969, possui um programa marxista.

A OLP na primeira fase de sua história, com o presidente Ahmed Shukeiri, advogado nacionalista, subordinou-se aos interesses políticos nasseristas e a prática da Organização a divorciava do povo palestino, pois não tinha o objetivo da fundação de um Estado. Sem credibilidade, sofrendo o boicote dos Estados Árabes, permitiu que a Al Fatah assumisse a direção, uma vez que o guerrilheiro palestino ganhou respeito e admiração por derrotar o Exército Israelense na Batalha de Karameh em 1968.

A segunda fase da OLP ocorreu no V Congresso Nacional Palestino, realizado em 1969, no Cairo, onde a Al Fatah controlou o comitê executivo e Yasser Arafat assumiu a presidência. A partir deste fato a radicalidade marcou a OLP como expressa a Constituição de 1969, na qual apresentou a luta armada como a única via de libertação da Palestina e do povo árabe.

Desencadearam ações terroristas contra judeus em Israel e no exterior, destacando-se a destruição de um avião no aeroporto de Atenas e o massacre de doze atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique em 1972, por membros do Setembro Negro.

A resposta do governo de Tel Aviv foi igualmente violenta: retaliou a OLP e os Estados árabes, fornecedores de apoio militar político. Insere-se nessa conturbada realidade o Líbano, país para onde se transferiu a OLP, expulsa da Jordânia. As ações militares israelenses aniquilaram a soberania libanesa e contribuíram para o

confronto de comunidades tradicionais. Essas criaram milícias que se digladiaram numa guerra civil.

Em 1982, Menahem Begin ordenou a “Operação para a Paz da Galiléia”, sob o comando do Ministro da Defesa, General Ariel Sharon, que conquistou Beirute, obrigando a retirada da OLP para a Tunísia. A ocupação israelense registrou um saldo sinistro com os massacres dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, realizados por forças falangistas lideradas por Elie Hobeika, aliado do invasor, que permitiu os massacres. Portanto, a cumplicidade de Ariel Sharon, hoje Premiê do Estado de Israel, o coloca, segundo a Comissão Kahan, na posição de criminoso de guerra.

Em 1982, também libaneses muçulmanos treinados pela guarda revolucionária do Irã, fundaram o Hezbollah ou “Partido de Deus” para expulsar as tropas israelenses, que só deixaram o Sul do Líbano no governo Barak.

A fundação de um grupo guerrilheiro que luta em nome de Deus com a divisa “Allah Akbar” ou “Deus é Grande”, evidencia uma nova construção política, a articulação do terrorismo com a religião.

O terrorismo sagrado é um modelo de resistência armada já existente, mas que assumiu uma identidade própria nos anos oitenta e ele permanece na atualidade. Essa ação política não mais se abastece ideologicamente no movimento revolucionário marxista e sim numa visão religiosa fundamentalista.

Após a II Guerra Mundial, a História Contemporânea aparentemente anunciava a política com plena soberania frente a religião. Era a consagração vitoriosa do pensamento ilustrado, a hegemonia da razão e o desprezo pela fé. Entendeu-se que o elemento religioso ficou confinado aos espaços privados e a modernidade laica era o eixo fundamental do processo civilizatório. O triunfo da técnica era incontestável e a ciência infalível. O exemplo desta arrogância está no comentário: “O avião o jato não cai, é derrubado pelo piloto”.

Na década de setenta iniciou-se uma nova Revolução Industrial como saída para a recessão econômica. Era uma Revolução tecnocientífica fundada na informática, robótica, biotecnologia, química, eletrônica, comunicações e na automatização. Seus inventos geraram

um admirável mundo novo: o computador, telefone celular, Tv a cabo, Internet. Rostos do capitalismo que se mundializa.

Apesar do fascínio das pesquisas e descobertas, esse novo mundo não eliminou os velhos pesadelos que atormentam a humanidade. Pelo contrário, os agravou e criou outros, provocando reações que gritam e lutam por um outro mundo.

Nesse paradoxo elabora-se um discurso religioso que procura a superação dos problemas modernos através da busca de Deus. Este pensar coloca a ausência de Deus como o fator preponderante dos sofrimentos e tragédias que reinam na sociedade. Fundamenta as afirmações, o pronunciamento de um pastor norte-americano, que diante da destruição das torres do World Trade Center, disse "Eu aponto o meu dedo para os seus rostos. Vocês partidários do aborto, prostitutas, gays, lésbicas provocaram a ira do Senhor, contribuindo para que isso acontecesse". É Deus destruindo novamente as modernas Sodoma e Gomorra.

Enfim, esse discurso incitou uma prática religiosa que prega a salvação do mundo, recuperando o Sagrado e protegendo-o da agressão secular que o ridiculariza.

A volta do Sagrado é a elaboração de uma nova utopia, cuja pretensão é substituir o Velho Liberalismo e o revolucionário marxismo pela civilização teocrática muito bem representada pela Revolução iraniana de 1979.

O movimento político-religioso dos aiatolás, liderado por Khomeini, expulsou o Xá Mohammed Reza Pahlevi, liquidou a "Revolução Branca", isto é, um programa de reforma que modernizava o Irã. Tal modernização significava a ocidentalização, que na ótica dos imãs, não passava de medidas pagãs, as quais escravizariam o povo iraniano. Esta revolução desencadeava o nacionalismo, lembrando o governo de Mussadegh, 1º Ministro que nacionalizou as companhias petrolíferas exploradoras do país, mas terminou derrotado por forças imperialistas.

A leitura do renascer do sagrado se faz através de uma postura fundamentalista, ou seja, o texto sagrado é a palavra de Deus, portanto infalível e imutável, não se subordinando às análises

questionadoras. É a supremacia absoluta da Halakhah ou lei judaica, da Bíblia Cristã, da Shariah ou lei Muçulmana.

A denominação fundamentalismo foi criada por pastores norte-americanos, que ao publicarem seus trabalhos, elencaram os pontos fundamentais da fé cristã, destacando a infalibilidade da Bíblia. Esta visão explica porque um professor norte-americano foi punido ao ensinar a seus alunos a teoria da evolução.

O fundamentalismo como questão religiosa é inseparável da política, pois embasa um projeto patriótico messiânico, que considera a nação a eleita de Deus. O movimento político-religioso israelense Gush Emunin ou “Bloco de Fiéis”, defendia, ao mesmo tempo, o fim dos acordos de Camp David e a substituição do conceito jurídico do Estado de Israel, pelo conceito bíblico de terra de Israel. Tal posição colaborou para o desenvolvimento do “terrorismo sagrado”, em que um grupo judeu assassinou estudantes palestinos e planejou explodir as mesquitas de Omar e Al Aqsa. Do lado palestino existe a mesma problemática, bem representada nas ações violentas da Al Fatah, Jihad Islâmica, Hamas.

A despeito desta violência, houve um caminhar na busca da paz, que remonta ao ano de 1988, quando Yasser Arafat discursou na sede da ONU, na Suíça, renunciando ao terrorismo e depois abolindo a constituição da OLP a luta armada como única via para a libertação da Palestina, também marcando o início da 3ª fase da organização.

A década de noventa será um período de negociações e encontros entre o governo israelense e Yasser Arafat sob a tutela dos EUA, preocupados na erradicação do terrorismo e na manutenção das boas relações com os Estados Árabes, como garantia de seus interesses no Oriente Médio.

A tese do Partido Trabalhista Israelense é “trocar terra pela paz”, uma forma estratégica de ceder às pressões norte-americanas e apaziguar os palestinos, mantendo o controle da região.

Em 1993 foram assinados os acordos de Oslo I, indicando o compromisso da devolução aos palestinos da maior parte da faixa de Gaza, área com 378 km² e da Cisjordânia, área com 5.879 km². Dois

anos depois foram assinados os acordos de Oslo II que estabeleciam para os palestinos 80% da Cisjordânia, dividida em três áreas:

- Área das cidades de Belém, Hebron, Jericó, Ramallah, Nablus, Qaliqília, Tulkaren, Jenin com plena autonomia palestina
- Área das Vilas palestinas com a administração civil pela OLP e a segurança sob o controle israelense
- Área das colônias judaicas sob o controle absoluto de Israel.

Os acordos de Oslo foram alvos de críticas e graves oposições tanto de israelenses como de palestinos. Assim, os assentamentos judaicos não reconheceram a autoridade palestina e, na Cisjordânia, existem aproximadamente duzentos mil colonos judeus e na Faixa de Gaza seis mil e quinhentos.

As lideranças radicais da resistência palestina com o Hamas não aceitaram os acordos, alegando que, na prática, continuam a ocupação e dominação israelense e também não se resolvia a questão dos refugiados, uma população de quase quatro milhões de pessoas.

Os grupos ultranacionalistas ortodoxos judeus discordam radicalmente em devolver os territórios aos palestinos, porque entendem que fazem parte da "Terra de Israel" e, com ironia e desprezo, afirmam: "os muçulmanos que se mudem para Meca". Além disso a ausência de solução a respeito da utilização da água controlada por Israel, um verdadeiro monopólio, coloca os palestinos "de joelhos".

A constituição geográfica dos territórios palestinos fruto das conquistas e ocupação é um enorme obstáculo para a administração de Arafat. É uma verdadeira "colcha de retalhos", pois na Cisjordânia existem 227 áreas separadas e 88% delas tem menos de 02 km², formando autênticos bantustões.

Este conjunto de impasses provocou o aumento dos atentados pelas organizações armadas palestinas, bem como o assassinato do Premiê Rabin, quando participava de uma manifestação pela paz em Tel Aviv em 1995, por um extremista judeu.

O novo 1º Ministro Shimon Peres reage, através da "Operação Vinhas da Ira", para afastar a imagem de governo fraco, mas mesmo

assim, não evitou a derrota para o Likud nas eleições de 1996, que defendia um endurecimento com os palestinos.

Benjamim Netanyahu assumiu o governo, revogou a legislação que proibia novos assentamentos judeus nos territórios palestinos, fechou o escritório da OLP em Jerusalém. Neste mesmo espaço histórico, os palestinos elegem Yasser Arafat para Presidente da Autoridade de Nacional Palestina, a qual possui um Conselho Nacional e um Parlamento. A ANP lançou um programa político com dois eixos principais: criação do Estado Palestino e sua capital em Jerusalém Oriental. Para fundamentar o projeto, Arafat exigiu o cumprimento por parte de Israel da resolução 242 da ONU. Este programa dividiu ainda mais a sociedade israelense, porque os judeus extremados não aceitam ceder Jerusalém para os Palestinos.

O gabinete Netanyahu interrompeu o frágil processo da paz, recrudescendo os atos de violência, os quais geraram pressões do movimento pacifista judeu, e dos EUA, para a retomada do diálogo. Realizou-se uma conferência com a assinatura dos acordos Wye Plantation em 1998. Os acordos estabeleciam a retirada parcial do exército de Israel da Cisjordânia, a libertação de presos políticos e a ANP se comprometia a combater o terrorismo. O tratado não foi cumprido por Israel, e uma crise política exigiu eleições, retornando ao poder os trabalhistas em 1999.

Ehud Barak, líder do Partido Trabalhista, organizou um gabinete composto por vários matizes ideológicos e, na posse, disse: "Estamos prontos para avançar juntos para conseguir a 'paz dos bravos'". A "paz dos bravos" sinalizou a retomada das negociações com uma pauta desafiadora, discutida na reunião de Sharm Al Sheikh, em que se decidiu por uma nova conferência, realizada em Camp David nos EUA, mas que resultou num grande fracasso.

Barak acusado pela oposição de fazer concessões excessivas, não conseguiu manter a coalizão do ministério e perdeu a maioria parlamentar. Marcaram-se eleições para fevereiro de 2001. O 1º Ministro não resistiu ao golpe político praticado pelo General Ariel Sharon, líder do Likud, que visitou a Esplanada das Mesquitas ou Monte do Templo em Jerusalém no dia 28 de setembro de 2000, numa atitude de provocação. A visita desencadeou uma nova intifada que prossegue

até hoje. O resultado das eleições foi favorável à oposição. Ariel Sharon é o novo 1º Ministro de Israel com um passado que não o credencia ao diálogo. Ele colocou em prática as promessas de palanque, tais como: negociações de paz condicionadas ao fim da intifada, combate ao terrorismo pela ANP, retorno da ocupação militar, ataque aos líderes palestinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da Palestina é desesperador. De um lado a luta palestina com a ação armada, realizada por exemplo pelo Hamas ou “entusiasmo”, fundado em 1987 pelo Xequé Ahmmed Yassin. Este movimento tem sua gênese na intifada ou “sobressalto” e adquiriu a dimensão de Revolta, a “Revolta das Pedras”. Há o culto político do martírio, artéria vital dos ataques suicidas, verdadeiros pesadelos no cotidiano judaico.

O outro lado se compõe das assustadoras represálias israelenses como ocupação e cerco militar das cidades palestinas, a demolição de casas, assassinatos de líderes, destruição do aeroporto de Gaza, símbolo da autonomia palestina, o confinamento de Arafat na cidade de Rammallah.

Diante da trágica conjuntura pergunta-se: É possível a paz entre Israel e palestinos?

O sonho da paz se transformará em realidade quando forem colocados na mesa do diálogo, da paciência e do respeito os velhos desafios:

- Fundação do Estado Palestino
- Solução para a cidade de Jerusalém
- Fim do terrorismo de ambas as partes
- Fim da ocupação militar israelense
- Fim da colonização e dos assentamentos judeus
- Partilha justa da água
- Solução para os refugiados palestinos

- Pacificação da Sociedade Israelense, refém da contradição Estado leigo e Estado teocrático
- Abolição do apartheid do povo palestino
- Devolução das colinas de Golã.

Portanto, estes encaminhamentos são os primeiros passos da longa caminhada para a terra da promessa, lugar de justiça, solidariedade e paz.

BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, K., *O Islã*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

_____, *Jerusalém: uma cidade, três religiões*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____, *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____, *Um historia de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CHALLITA, M., *O Alcorão*. Rio de Janeiro, Prisma Industrial Gráfica, s/d.

HOURANI, A., *Uma história dos povos árabes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

JONHSON, P., *História dos Judeus*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1995.

KEPEL, G., *A vingança de Deus: Cristãos, Judeus e Muçulmanos à reconquista do mundo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

LEWIS, B., *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

MASSOULIÉ, F., *Os conflitos do oriente médio: Século XX*, São Paulo, Editora Ática, 1994.

NASSER, G. A., *A Filosofia da Revolução*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Nap, 1960.

PIRENNE, H., *História econômica e social da idade média*, São Paulo, Mestre Jou, 1968.

SALEM, H., *O que é questão palestina*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

*O Professor Ruy Rodrigues Machado
leciona História da Igreja na
Faculdade de Teologia e Ciências
Religiosas da PUC-Campinas.
e-mail: ftcr@puc-campinas.edu.br*